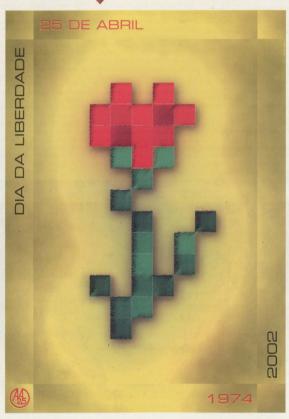


Boletim da Associação 25 de Abril N.º 66 Abril 2002 Distribuição gratuita

O Referencial



EDITORIAL

Regresso ao tema Angola nesta coluna que, deliberadamente, tenho procurado evitar. Apenas duas vezes abri excepção, antes desta, ao longo de dez anos que levo de direcção de O Referencial.

Pela primeira vez, entre as muitas intervenções públicas que tenho feito sobre esta matéria, o faço animado por um sentimento de esperança.

Em 1991, depois do Acordo de Bicese, em 1994, depois do Protocolo de Lusaka, quando em Portugal, com demasiada ligeireza, se generalizavam os louvores à «paz irreversível», fui sempre céptico, manifestei as minhas reservas, aparecendo como um desmancha-prazeres a estragar a festa anunciada. Não me deixei ludir proque eram róvivos os sinais de que havia quem, naqueles acordos, não estava de boa fé. Infelizmente não me enganei.

Hoje os sinais que vêm de Angola justificam uma perspectiva completamente diferente.

Bicesse e Lusaka haviam proporcionado condições para uma solução sem vencedores nem vencidos, uma solução política resultan-

Angola

te de uma situação de equilíbrio de forças no campo militar.

Esta solução revelou-se demasiado precária e esgotou-se porque uma das partes, a UNITA, como toda a comunidade internacional e observadores independentes puderam, à saciedade, constatar e reconhecer, se recusou a cumprir os compromissos que os seus responsáveis assumiram e subscreveram e mostrou que a sua opção passava pela conquista do poder pela via armada. Declarações expressas do seu dirigente máximo e que só desconhece quem não quer conhecer, mostraram que as assinaturas daqueles acordos constituíram meros pretextos para se reforçar militarmente e, por essa via, chegar ao poder. A solução militar foi sempre a opção de Savimbi e só uma grosseira mistificação pode negar esta evidência. Durante dez anos foram-lhes dadas todas as oportunidades para uma solução política, com vantagens até superiores às que os seus resultados eleitorais iustificavam e que ele sempre, com arrogância, com pequenas e grandes traições, por vezes até trocando das concessões que lhe eram feitas, desprezou.

Tornou-se evidente que, esgotada a solu-

ção na base de um equilibrio de poder, a solução política – a solução final teria de ser política – teria de passar por uma claificação da situação militar. Tinha de haver um vencdor e um vencido no campo de batalha, para que uma solução política fosse viável. Também escrevi e afirmei isto, publicamente, mais do que uma vez.

Os profetas da desgraça que, aqui em Portugal, apoiaram o prosseguimento da luta armada pela UNITA, que sempre exibiam uma incontida euforia perante os conjunturais êxitos militares de Savimbi, que lhe proporcionaram um suporte moral para que prosseguisse a luta armada, também têm as mãos sujas do sangue que pôs termo à sua ambição. Agora, quando a derrota já se desenhava inevitável, nunca apelaram ao bom senso para que aceitasse depor as armas. Apenas reclamavam novas tréguas para impedir a derrota e permitir que a UNITA pudesse, mais uma vez, recuperar a iniciativa estratégica, regressar a um equilíbrio de forças, à perpetuação da guerra, à inviabilização da solução política. Até que o Estado e as Forças Armadas angolanos se desgastassem totalmente. Convém lembrar que a UNITA esta-



nas matas, combatendo enquanto partido

com a clara conivência de vários órgãos da cões, que os factos se encarregaram de des-

entender que a solução política não se esgota plano de paz.

só tem solução política, independentemente dos sucessos militares, quer-se dizer que os obiectivos finais têm de ser políticos e que. carências e distorcões políticas e sociais.

O plano de paz e o projecto de pacificação cão das estruturas da saúde, da educação, da o recenseamento, eleições justas, governação

É aqui que se situa a solução política da



Nota do Director

O corpo directivo de O Referencial. suieito às contingências de um órgão composto apenas por associados que,

SUMÁRIO

| Capa: Cartaz Comemorativo do 28.º Aniversário | |
|---|-----|
| do 25 de Abril, da autoria de Júlio Gonçalves | |
| Marechal Costa Gomes Sócio de Honra | 4 € |
| Corpos Sociais 2002/2003 | |
| Futuro da A25A | |
| Mensagem | |
| Bodas de Prata | |
| Convites feitos à A25A | |
| Ofertas feitas à A25A | |
| Falecidos | |
| Acção Revolucionária de Beja passados 40 anos 1 | 0 e |

| O centenário do nascimento | |
|--|---|
| do almirante Ramos Pereira | 1 |
| Ver, Ouvir e Ler | 1 |
| A marca da esquerda | 1 |
| A ideia de tolerância | 1 |
| "Celebrando Abril" | 1 |
| Delegação Centro Eleição dos Corpos Gerentes | 1 |
| O Caso do Dr. Morna - 3.º Parte 1 | 1 |
| A Ascensão de Júlio César | 1 |
| O 25 de Abril e a emigração | 1 |
| Vamos Aprender Bridge | 1 |

FICHA TÉCNICA



PROPRIEDADE

Associação 25 de Abril Rua da Misericórdia, 95

1200-271 Lisboa DIRECTOR

Pedro Pezarat Correia

ENDERFCOS

Associação 25 de Abril Rua da Misericórdia, 95 1200-271 Lisboa Telef. 21 324 14 20 Fax 21 324 14 29 E.mail: a25a.sec@25abril.org

Delegação Norte Escadas do Barredo, 120 R/c Esq.

Telef. Fax: 22 203 1197 4050-092 Porto Apartado 4678 - 4012-001 Porto E-mail: a25a_norte@hotmail.com

8

Delegação do Centro

Delegação do Alentejo Largo Álvaro Castelões 7570 Grandola

Delegação do Canadá 153 Hamilton St Toronto - Ontario - M4M 2C9 Núcleo do Algarve

Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º 8000 Faro

Núcleo de Castelo Branco 6000 Castelo Branco

IMPRESSÃO

Tip. Escola ADFA Largo Outeirinho da Amendoeira Campo de Santa Clara 1070 Lisboa - Telf. 21 882 2480

TIRAGEM: 4500 exemplares

Distribuição gratuita

Depósito Legal nº 32998/89





Marechal Costa Gomes sócio

Realizou-se, na Sede nacional, no passado dia 23 de Fevereiro a Assembleia Geral Ordinária da A25A, com a participação de cerca de uma centena de associados.

No decurso dos trabalhos foi aprovada por unanimidade e aclamação a atribuição da categoria de Sócio de Honra ao Marechal Costa Gomes.

Será também de realçar que foram ratificados cerca de trezentos novos associados, número que praticamente iguala as admissões dos últimos cinco anos, o que é bem revelador das potencialidades criadas pela nova Sede.

Pelo presidente da Direcção foi apresentado o Relatório de Actividades, referente ao ano de 2001, que foi aprovado por unanimidade, tendo igualmente sido aprovadas por unanimidade as Contas relativas ao exercício de 2001.

Da exposição do presidente da Direcção há a salientar a informação de que já se encontram em preparação as Comemorações do 30.º Aniversário do 25 de Abril, a grande dignidade de que se revestiu a inauguração, na cidade de São Paulo, de um monumento ao 25 de Abril, da autoria do nosso associado, o escultor José Aurélio; a cerimônia de inauguração da Sede, que contou com a presença das principais individualidades nacionais, civis e militares; a atribuição ao edificio do 1.º Prémio Alexandre Herculano, da Associação dos Municípios com Centro Histórico; o facto da Sede e, nomeadamente, o restaurante esta-

rem a constituir instrumentos importantes para dinamizar a vida associativa; a coupação do Fórum para a realização de várias actividades; o incremento, na loja existente na Sede, da venda e promoção dos produtos relacionados com o 25 de Abril; a aposta na realização de tertúlias, que fomentam o hábito dos associados virem à Sede.

No capítulo da Disciplina, foi também referido que a Direcção deliberou a suspensão dos direitos aos sócios e apoiantes que não pagam quotas desde mil novecentos e noventa e nove.

Relativamente à Prestação de Contas o secretário da Direcção, em substituição do tesoureiro, afirmou que a A25A vem tendo uma «almofada» que dá para dois anos mas é necessário vam a entrada de fundos; que o provendo o restaurante e o bar, não perciativa, embora seia um auxílio de grande valia. Fez, igualmente, referência ao aumento de custos verificados na rubrica Obras que correspondeu ao pagamento de facturas relativas à fase final das obras da Sede; à manutenção de sócios com quotas em atraso, cujo após o aumento deliberado no ano passado. Alertou para o facto da Associação necessitar de arranjar forma de conseguir receitas, uma vez que os subsídios ou ofertas são cada vez menos, ou então estará condenada a médio prazo a uma situação financeira incomportável.

Postos à votação o Relatório de Actividades, a Prestação de Contas, o parecer do Conselho Fiscal, acompanhado de uma proposta de Voto de Louvor, foram estes documentos aprovados por unanimidade

Discutiu ainda a Assembleia se a suas instalações sociais para local de velório de sócios falecidos, o que após a intervenção de vários dos presentes foi considerado como não aceitável, tendo, todavia, sido aprovada a utilização da bandeira da A25A, quando solicitada, para cobrir o féretro de associados falecidos.

O almirante Martins Guerreiro aproveitou o ensejo da reunião para panhamento dos trabalhos para a reconstituição de carreiras dos militacipação no processo decorrente do 25 de Abril, informando que a Comissão nomeada a nível do Ministério da Defesa Nacional já apreciou mais de 90 por cento dos casos, tendo sido positiva a apreciação de cerca de 85 por cento dos requerimentos. Os casos apreciados negativamente são passíveis de reclamação. Os casos apreciados positivamente foram enviados para os Ramos respectivos para efeito de reconstituição de carreiras, tendo a Marinha executado já essa tarefa e devolvido os processos ao Ministério da Defesa Nacional para despacho do



de honra

ministro: o Exército vai devolvendo os processos à medida que os vai resolvendo, e a Força Aérea tem os processos em análise e ainda não devolveu nenhum ao Ministério. O actual ministro da Defesa está interessado em despachar o maior número possível de. situações antes das próximas eleições e iá assinou todos os processos entrados no Ministério, enviando-os para o Ministério das Finanças para assinatura do respectivo ministro.

Foi ainda deliberada positivamente pela Assembleia uma proposta da Direcção no sentido do próximo acto eleitoral, a realizar estatutariamente em 2004, até ao dia 15 de Janeiro, ser adiado para Maio do mesmo ano a fim de permitir que a Direcção, saída da recente eleição, possa levar a cabo a organização das celebrações que o 30.º Aniversário do 25 de Abril impõe.

missão Eleitoral, tendo sido votada a única lista a sufrágio, a qual foi eleita com setenta e seis votos, sem votos negativos ou nulos.

Os corpos sociais da A25A para o biénio 2002-2003 são presididos por Gen. Amadeu Garcia dos Santos (Assembleia Geral); TCor. Vasco Lourenço (Direcção) e CAlm. Martins Guerreiro (Conselho Fiscal), (ver caixa ao lado).

A cerimónia da tomada de posse dos novos corpos sociais ocorreu na Sede nacional no dia 6 de Março últi-

Corpos Sociais 2002 - 2003

Mesa da Assembleia Geral

Primeiro Secretário TCOR José Luis Villalobos Filipe 1SAR Vítor Manuel F Ribas de Lira

Direcção

TCOR Vasco Correia Lourenço CMG Ioão Cajado Gago Falcão de Campos COR José Maria Moreira de Azevedo COR Sérgio Parreira de Campos

COR José Nuno da Câmara Sta, Clara Gomes COR Augusto Manuel Coimbra do Amaral DRª Clarinda Maria S. de Veiga-Pires DR Mário Lopes Figueiredo COR Aprígio Ramalho

CAP José Manuel Dourada Mendes

Conselho Fiscal

CALM Manuel Beirão Martins Guerreiro Primeiro Secretário CAP Victor Hugo da Mota Segundo Secretário SMOR António José Pereira da Mata



Futuro da A25A

Como já vem sendo habitual, aproveitou-se a oportunidade da realização da AG para se fazer uma reflexão sobre o futuro da Associação.

O presidente da Direcção referiu que é a primeira vez que uma lista concorrente aos órgãos sociais apresenta um plano de actividades, tendo salientado que em relação ao pedido de reconhecimento da Associação como Associação de Utilidade Pública, o processo está a desenrolar-se, aguardando-se que se concretize rapidamente. É intenção manter e reforçar a campanha para angariar novos sócios e obter o pagamento das quotas. No tocante a iniciativas e actividades, o arquitecto José Fanha irá coordenar esta área. Aguardam-se propostas e sugestões e espera-se participação. No âmbito das tertúlias houve momentos muito interessantes, no entanto, por vezes, a assistência não ultrapasavav vinte pessoas. Um dos objectivos destas iniciativas é que os sócios se habituem a frequentar a Sede e a participar.

No que diz respeito às exposições exteum regulamento, pretendendose criar dois tipos de exposições: um dedicado a artistas consagrados e
outro destinado a incentivar jovens
artistas. Os encargos são da ordem de
menos de metade do que qualquer
galeria cobra, sendo conviçção que
esta comparticipação dará para as
despresas decorrentes.

Relativamente ao material do Centro de Documentação e Biblioteca, a Direcção quer criar as condições
para que seja possível a consulta, a
partir da Sede, da documentação que
se encontra no Centro de Documentação de Coimbra, na Delegação Norte e noutros locais, e também criar a
Biblioteca que diga respeito ao 25 de
Abril. Existe um projecto, eventualmente financiado a cem por cento,
para a informatização e colocação de
uma página na interner. Através do
POSI, tudo aponta para que se obtenha o financiamento para levar a cabo
este projecto.

No plano do património ligado ao 25 de Abril, considera-se necessário fazer o inventrário de todo o património artístico existente na Sede que se encontra armazenado e avançar com a exposição do mesmo, o que ainda não foi possível. Também como promoção dos valores de Abril, a Direcção val entar criar condições para instituir concursos e estabelecer prémios, por exemplo a nível de todas as Esconas Neundárias.

A empresa PRO25 tem vindo a exercer a sua actividade com frutos considerados razoáveis e propõe-se outras iniciativas que estão em análise, como seja criar na Sede uma livarais sobre tudo o que diga respeito ao 25 de Abril. Actualmente ainda não existe uma linha muito clara sobre o que é vendido na Sede, mas com o projecto da livaria isso ficará bem definido.

O projecto do Observatório ch. Democracia é ambicioso e a Direcção manifestou-sec convencida de que irá em frente, bem como a realização do 1.º Congresso da Democracia Portuguesa, dentro de dois anos, por ocasião da celebração dos 30 anos do 25 de Abril.









Mensagem

Por ocasião do 28.º Aniversário do 25 de Abril, a Direcção renova o espírito daquela madrugada e exorta os portugueses a continuarem a cumpri-lo segundo a sua mensagem que aqui reproduzimos na integra.

28 aros são passados sobre o 25 de Abril de 1974. Novas gerações ai estão, entrando en força na vida activa e na vida pública, rabalihando, estudando, contestando, enfin unegrando-se na marcha do seu Pais, com más de oito séculos, mas anida com ársia de mudança e renovação, certo de que não pode estagnar e morrer, com aquela insatisfação que levou os caprileses a derrubar um regime que, mão fora a repressão e as guerras coloniais, seria apenas um anacornismo bafenoa.

Comemorar é reviver, mas é também afirmar a vontade de intervir no futuro. Comemorar é, desde logo, contrair as tentativas de revisão da História. É não permitir o apagar das memórias, seja do ontes, do durante ou do depois. É vista o ofuscar das personalidades sobre as quais permace um incómodo sentimento de partidão, perturbador para quem gostaria de gerir uma sociedade sem referências. Mas, como de fundamental manter essas referências como outras bem importantes, comemorar é fundamental manter essas referências do é pende as referências e negar a propria do é pende as referências e negar a propria dientidade, nós não acitamos es esqueer.

Mas fixar-se nesse passado é condenar-se à extinção, pela universal lei da evolução. Por isso, comemoramos, Mas, mais de que comemorar o passado, não o esquecendo, queremos, ponque se impõe, pensar,
ou melhor, lançar o fituro. E este apresenta-se cheio de desafios, ameaças e
eneruzilhadas, a curto ou a longo prazo.
Reconhecem-no todos, nomeadamente os
responsáveis, mas estes attibuem-se
mutuamente as culpas e rejeitam reciprocimente as oculoses e rejeitam reciprocimente as oculoses.

Acusam-se os cidadãos em geral, e os jovens em particular, de indiferença cresceme quaturo à coisa pública, sendo, contudo, notório que essa indiferença tem várias origens, mas radica fundamentalmente no comportamento dos responsávoispolíticos, na usurpação pessoal do poder, na ausência de responsabilização dos prevaricadores e na sensação de impunidade dos mesmos.

Impõe-se assim uma luta sem triguas contra essa indiferença. A nossa História mostra-nos que, em momentos de suprema necessidade, fomos capazes de enfrentar soluções. Temos de demonstara que também somos capazes de intervir antes de se atingirem os momentos de suprema necessidade. Enfrentando as dificuldades, não apenas através de palitativos, mas principalmente através da sua prevenção.

Existe hoje, sobretudo nos mais jovens, um sentimento de irreversibilidade da democratização e do progresso que o 25 de Abril permitiu. Factos recentes vêm confirmar as lições da História, demonstrandonos que os retrocessos são possíveis e se verificam muitas vezes, normalmente sem se fazerem anunciar e quando menos com eles se conta. Alguns, com duras e nefastas consequências.

Temos de viver a Democracia, porque isso corstitui a sua esseincia. Governo do povo tem de ter participação do povo. Os mandatos que deste emanam mão podem ses meras procurações, como que o alijar de um fardo pesado e incômodo, para as costas mais adequadas ou, pior ainda, simplesement mais disponíveis. É importante, é fundamental viver e aprofundar a Democracia, sempre ideal mas sempre imprefeia, como toda a obra humana.

Mas, se viver a Democracia é construir Abril, este só se realiza se a vivermos, pugnando pelos direitos e assumindo os deveres de todos e cada um.

Sejamos intransigentes na defesa dos direitos humanos, da Liberdade, da paz, da solidariedade, da preservação da natureza.

Sejamos intransigentes na luta contra os terrorismos, incluindo o de Estado e na luta contra a droga.

anos nos fizeram avançar para a inesquecível jornada do 25 de Abril.

Sejamos intransigentes na defesa desses valores, não apenas na exigência de que outros os pratiquem, mas, acima de tudo, na imposição ética, dessa mesma intransigência para comosco.

Só assim construiremos um Portugal de Abril.

Lisboa, Abril de 2002

A Direcção



Conforme referimos noutro local, pessoa amiga da A25A resolveu doar-nos uma interessante obra plástica que, inegavelmente, veio aumentar o valor do património artistico da Associação. A acompanhá-lo, e igualmente da autoria da Sra. D. Maria Helena Cunha, foi entregue um comovido e comovente poema de homenagem ao 25 de Abril, escrito por ocasião dos seus 25 anos. A tão distinta artista, a A25A mais não pode fazer que lhe transmitir o seu muito obrigado, publicando na întegra o poema.

Bodas de prata

Senti que estava acordada Na madrugada de Abril Com música de alvorada Braços no ar mais de mil Cantei, dancei de mãos dadas Renegando águas passadas

Eram vermelhos os cravos Que eu tinha no coração Homens valentes e bravos Com alma e sem repressão Terminaram com amor Anos vividos em dor.

Vi portas escancaradas Filhos a abraçar pais Tropas lindas nas estradas Escaramuças jamais Mães olhando para os céus Agradecendo as chegadas

Ouvi canções de esperança Cantadas com emoção De uma vila abençoada Que eu tenho no coração Essa vila tem a força Dum povo que tem paixão

Hoje festejo essa data Com carinho e com fervor São bodas feitas de prata São bodas feitas de flor Eu continuo acordada Em Abril de madrugada

Convites feitos à A25A

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS - ADFA

Simpósio " Rede Stress de Guerra"

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

ção do CEP - Conse-Portugal"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

de posse dos novos

ASSOCIAÇÃO TERRAS DENTRO

"A propósito das Candeias

BICA TEATRO

CÂMARA MUNICIPAL

DE LISBOA

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

"O Mercado de Veneza" de Wiliam Shakespeare

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

Sessão solene do 27º

EDICÕES AFRONTAMENTO

"A minha tia é uma Provoost

EDITORIAL. CAMINHO

Sessão de lancamento do livro " Breve História da Literatura para crianças em Portugal"

"A Urgência de Contar - Contos de Mulheres dos Anos 40° de Ana

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

28-02-2002

IAN/TORRE DO TOMBO

tra documental "À descoberta de Lisboa -Colecção de Iúlio de

INSTITUTO FRANCO--PORTUGUÊS Televisão deve ter

22-03-2002

ITVRARIA BARATA

Homenagem a David 23,02,2002

MONTEPIO GERAL - GALERIA DE EXPOSIÇÕES

da Veiga e José Teresa

FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO

03-04-2002

Ofertas feitas à A25A

Almirante lorge Ramos Pereira - Uma vida um exemplo oferta da autora Glória Maria Marreiros

Memórias da Revolução no distrito de Setúbal 25 anos depois oferta de Pedro Brinca QUADRO:

Bodas de Prata

de Maria Helena Cunha

50.º Almoço do Electromecânico

Pede-nos a Comissão Organizadora do 50.º Almoço do Electromecânico para divulgarmos a realização daquele evento que terá lugar no próximo dia 1 de Junho, na Escola Militar de Electromecânica, em Paco de Arcos. Para informações e inscrições poderão ser contactados:

Telef. 214 416 733 Fax 214 432 173

1SAR Resendes - Telef, 938 450 241

SMOR Mata - Telef. 918 995 047 ou ajmata@netc.pt.

ASSOCIADOS FALECIDOS

José de Magalhães Saldanha Gomes Mota António José Amorim Torres Pinto de Queiroz

António José Guarda Ribeiro Jaime Rodrigues Machado

António José dos Santos Gonçalves

- (sócio fundador o - (sócio fundador nº 661

- (sócio efectivo nº 2295)

- (apoiante nº 373) - (sócio efectivo nº



Acção revolucionária de Beja passados 40 anos

efeito por um grupo de militares e civis, em 1 de Janeiro de 1962, tinha passado totalmente desapercebida do grande público e até da quase totalidade dos velhos e novos democratas se não tivesse sido assinalado por um trabalho de bom jornalismo publicado no diário "Público" do dia 2 de Janeiro do corrente ano.

As televisões que o 25 de Abril nos legou não consideraram ser essa uma efeméride que lhes aportasse especiais audiências e passaram pelo acontecimento como "cão por vinha vin-

O direito à indignação, de que tanto se fala, mas pouco se usa, não permite que Militares de Abril alinhem nessa apatia, tão conveniente para quem procura escamotear da consciência dos portugueses um passado, que surpreendentemente se torna presente em demasiados momentos da . abrogando tradições e direitos seculares. democracia de hoje.

to do autor passo a transcrever uma exposição que o coronel de Artilharia João Maria Paulo Varela Gomes apresentou, no passado dia 21 de Janeiro, ao Comandante Supremo das Forças Armadas, Dr. Jorge Sampaio.

tirania em mais de 40 anos - o aspecto da Instituição Militar - é o seguinte:

Senhor Presidente da Revública Comandante Supremo das Forças Armadas Excelência

Em Janeiro de 1962, pela primeira e ra), votando ao despreza a norma consa- um pedido formal de desculpas, grada no Código de Justiça Militar, mais

O autor dessa ilegalidade sem precemalogro da acção revoltosa, foi o então 1974. ministro da Defesa e presidente do Congando o ódio contra os militares provoca-

Neste 40º aniversário da Acção de cobardia ou cumplicidade (ambas as coi-Beia - sem dúvida percursora do 25 de sas, decerto) se submeteu, sem reagir, à

que, neste enseio, o signatário, oficial do infligido à Instituição Militar na vessoa dos acontecimentos, considera seu dever Beia. A actual hierarquia, duas gerações após, com carreiras quase por completo responsáveis pela honra e re-dignificação percorridas em regime democrático, está em condições, e tem por dever, demarcarpara outras instituições com idêntica posição ambígua, tais como a magistratura ou

única vez no historial das Forças Armadas participante na Acção Revolucionária de Portuguesas, foi atribuída a uma volícia Beia, em laneiro de 1962, considero que prender, interrogar e julgar pessoal em ser- mente através das instâncias que tutelam viço activo (na maioria, oficiais de carrei- a Instituição Militar - nos está devendo

Esse será um claro sinal de aue existe a competência dos Tribunais Militares; e no corpo institucional da Democracia Portuguesa uma real intenção de repudiar e redimir os criminosos procedimentos do dentes, decretada logo no dia imediato ao regime fascista derrubado a 25 de Abril de

Assiste-nos autoridade moral bastanselho. Oliveira Salazar: assim descarre- te para esta chamado de atenção. Como honrosas peças que guarnecem o nosso do pela rendição de Goa, doze dias antes. brasão, ostentamos: rebelião armada con-O facto é aue a hierarquia na época, por tra o poder fascista, arriscando vidas e car-

 ração, indemnização ou retroactivos: ou pensões especiais; e, por último, já em

nada aceitaremos da Democracia Portu-

ra que, com justo instinto, duvidam da sinceridade democrática de muitos dos vode-

Lisboa, 21 de laneiro de 2002

Delgado assassinado pela polícia fascista em Fevereiro de 1965: e aos revoltosos no decorrer da acção de Beja.

E em tributo para com todos os companheiros, militares e civis, que participa-

Ass.) Ioão Varela Gomes CorRet

garam a tomar parte na mesma. Embora perseguido pelo regime não sou pessoalmente credor de desculnão somar a indignação como militar ao sofrimento pessoal. Que os meus camaradas revolucionários me des-Pedido de Desculvas, nos termos aqui culpem este aparente distanciamen-E mesmo esse será para oferecer é uma honra ter aderido, e uma mágoa de 40 anos não me terem sido atribuídas funções que me colocassem com eles em Beja.

Depois de quatro décadas mantenho muito viva a indignação que então senti, como militar, com a decisão de Salazar e o conformismo da te a vergonha de pertencer a uma Instituição, supostamente de gente valente, mas que vilmente se acobardou ao assistir apática à entrega de camaradas publicamente a sua revolta. de esbirros do regime, enquanto os

antes da Democracia como a que

aqueles que puseram sempre a farda ao servico das "gentes de Portugal" têm toda a razão ao sentirem-se ao depararem com a apatia das che-

Como sou homem de esperança. te o que é isso de ser militar. Nessa altura, e só então, acumulará de facto as funções de Chefe de Estado com as de Comandante Supremo das Forcas Armadas e. não tenho dúvidas. mos. Não me parece importante que peça ou não desculpas em nome das tante que se junte a nós e manifeste

João Menezes de Sequeira

O centenário do nascimento do almirante Ramos Pereira

Em 6 de Abril de 2001 comemorou-se o centenário do nascimento do almirante José Maia Ramos Pereira.

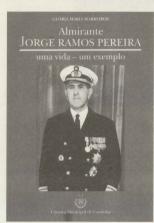
A Câmara Municipal de Caminha, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e o Governo Civil de Viana do Castelo patrocinaram a publicação pela editora Livros Horizonte, de um livro da nossa associada Glória Maria Marreiros, dedicado à vida e obra de um grande marinheiro, que merce ser muito melhor conhecido fora do âmbito relativamente limitado da Marinha de Guerra a que dedicou uma vida de inteira devoção. Estão pois de parabens a autora e os patrocinadores por tal iniciativa, não deixando O Referencial de se associar por esta forma singela a tal iniciativa.

O almiante Ramos Pereira foi um destracado oficial da Marinha de Guerra, nascido no inicio do século XX, que infelizmente faleceu muito pouco tempo antes do 25 de Abril, acontecimento que lhe daria certamente a malegria da sua vida de defensor de uma sociedade mais livre e mais justa do que aquela em que, por força das circunstâncias, teve de viver a parte mais importante da sua vida de adulto.

Oficial com uma carreira militar brilhante, de elevados méritos profissionais reconhecidos unanimemente na Corporação a que pertencia, será sobretudo recordado como um homem vertical, que nunca abdicou da defesa dos principios da democracia e da liberdade, em quaisquer circunstâncias.

Poderá parecer estranho para um leitor menos avisado neste início de século XXI em regime democrático, em que altos cargos da Administração Pública são muitas vezes atribuídos na base da confiança do partido que detém o poder, que em plena ditadura, um oficial conhecido de todos pelas suas convicções de democrata e de opositor ao regime ditatorial resultante do 28 de Maio de 1926, tivesse podido ascender aos mais altos cargos e postos na Marinha de Guerra. É não foi caso único, pois muitos outros tiveram tratamento semelhante o semelhante.

Por incrível que possa parecer, isso só foi possível porque no seio da Marinha de Guerra, durante a ditadura, salvo raras excepções, houve quase sem-



Almirante Jorge Ramos Pereira - Uma Vida - um Exemplo Glória Maria Marreiros, Livros Harizonte

Glória Maria Marreiros, Livros Horizonte, Lisboa 2001. Patrinóvios da C. M. Caminha J. F. de V. Praia de Âncora, e Governo Civil de V. do Castelo

pre um grande respeito pelas diversas opiniões e convições dos seus militares. Nas câmaras dos navios discutiam-se assuntos que noutro local do País levariam os intervenientes a serem incomodados pela PIDE. Creio que foi o único departamento da administração estatal que não tinha em consideração o catimbos «Assinou as listas» que a PIDE depunha nas informações obrigatónias para a entrada no funcionalismo público, e que noutros departamentos do Istado era o sufficiente para impedir a admissão do funcioná-ino. E a explicação não será difícil de atribuir ao facto de uma elevada percentagem dos oficiais dos quadros permanentes terem igualmente assinado as listas do MUD em 1945!

A Marinha de Guerra cumpria com zelo as suas tarefas e missões, mas não aderia ao Regime. Contavam-se pelos dédos os oficiais que eram claramente defensores do regime ditatonal, entre os quais se contavam os futuros alma rantes Ortins Bettencourt, ministro da Marinha até 1944, recordado negativamente por várias gerações de oficiais e Henrique Tenreiro, poderosíssimo nos sectores da Marinha de Comércio, Recreio e Pesca, mas muito pouco considerado como oficial da Marinha de Guerra.

E não é por acaso que, tendo sido um desses oficiais fieis ao regime o causador da saida do almirante Ramos Pereira do cargo de director do Instituto Superior Naval de Guerra, tenha sido o sucessor daquele no cargo de ministro da Marinha, muito mais liberal, a tomar a iniciativa de o convidar para voltar ao serviço e o distinguir de novo pelos seus servicos distintos.

Seria injusto terminar esta breve evocação sem recordar o enome prestigio e respeito que eram atribuídos a almirante Ramos Pereira na sua terra natal, Vila Fraia de Áncora, e de uma forma geral em todo o Alto Minto resultantes da sua notável obra de promoção dos seus conterrâneos, em particular dos mais desfavorecidos, muitos dos quais lhe ficaram a dever uma vida certamente melho:

Uma Obra Obrigatória



Moçambique - 1970 Operação Nó Górdio Carlos Matos Gomes Editorial Prefácio

Não é normal um escritor tratar duas vezes o mesmo tema, e ainda menos tratá-lo de maneira totalmente diferente. Remakes, plágios e inspirações são infelizmente moeda corrente, mas este caso é diferente.

Carlos Vale Ferraz publicou o seu primeiro romance, «Nó Cego, em 1983, o de de estreia, mas que fazia a diferença para o que até então se tinha escrito sobre a Guerra Colonial. Para além do mérito literário, era uma descrição vivida, mesmo algo autobiográfica, do ambiente de uma companhia de tropas especiais em Moçambique, num momento de viragem da guerra, em que o comandante-chefe determinou a «operação para acabar com a guerra», um pouco com aquele lider que proclamou «a Mãe de todas as Guerras». O pano de fundo (real) deste romance (de ficção) era a «Operação Nó Górdio», a maior de quantas se fizeram nas três frentes em treze anos de querra.

O autor, agora assumidamente Carlos Matos Gomes, coronel de Cavalaria, volta quase 20 anos depois ao mesmo assunto. Desta vez num trabalho integrado numa série intitulada étaalhas de Portugals, a que em boa hora o Instituto de Defesa Nacional e a Editorial Préficio meteram ombros. Esta série tem como objectivo dar ao grande público, avesso a prolivas e magistrais teses de mestrado e doutoramento, uma visão sucinta e de fácil compreensão de algums pontos significativos da nosas elfistricia Militar; para tal desiderato, ao obras são profusamente ilustradas com imagens, mapas e esquemas que facilitam a apreensão do texto e tomam os livros mais atratívos.

Resumir a cem páginas, ilustradas como disse, a nosas maior operação, com antecedentes, conduta e consequências, não é tarefa fácil. Escrever sobre o nosso passado recente, como odistanciamento e objectividade que a obra exigia, também não é fácil, osbretudo para quem esteve directamente empenhado na operação. Carlos Matos Gomes conseque-o através

de um tom profissional, quase de relatório, em que vai alinhando os factos, baseado na pesquisa e esquecendo a vivência.

Não podena faltar um balanço da Opreração, e este não constitui novidamente, para os mais avisados: resumidamente, fracos resultados tácticos e um desastre estratégico, í que o resultado foi a abertura de uma segunda frente em Tete, aponidad irectamente ao coração de Moçambique. Aliás, cabe aqui referir John P.Cann, que no seu livro «Contra Insurreição em Africa» (Ed. Atena, Lisboa, 1995) comunga deste ponto de vista e diz ainda que os portugueses siarma do seu modo especial e adequado de fazer a guerra (em relação control de control

Em resumo, não sendo um livro de tese, é uma obra de divulgação bem conseguida, que se pode dizer obrigatória para as novas gerações, para quem a Guerra (felizmente!) pouco diz, e cuja leitura será para os mais velhos uma boa ocasião de relembrar e arrumar ideias.

Nuno Santa Clara

Cerco do Porto



Cerco do Porto A Cidade Invicta David Manelo, Prefátio

Ouando em 1999 apresentei o livro do David Martelo, A Espada de dois Gumes, relembrei que o autor nos estava a brindar com um livro por ano. Depois disso, o David Martelo escreveú "1974 – Cessarfogo em África" (2001) e lançou agora, numa lógica um pouco inesperada, este "Cerco do Porto". Se o David Martelo boje fosse general, e decerto o seria, não fosse a sua opção firme pela coerência e pelá érica, contra o sistemático desrespeito dos ali-

cerces da instituição a que pertencia, que ele bem cedo sentiu na pele e que o futuro confirmou, e não teríamos hoje esta obra notável, que já vai em cinco títulos principais.

Poderá parecer que o David Martelo pouco contribui, através deste processo, para a reabilitação do bom nome do Exército. Entendo o contrário. Julgo mesmo que são estes contributos, esta nova luta de pena na mão, felizmente em conjunto com outros, que vão permitindo manter uma seperança, conservar uma réste de alerta, semean novos entendimentos da condição estar novos entendimentos da condição

Este "Cerco do Porto", ou "A Cidade Invicta", é uma visita rigorosa, documentada, devidamente explicada, a um dos mais terriveis períodos da longa guerra civil com que o antigo regime se despediu de Portugal. Julgo que o David Martelo terá ido à praia do Mindelo, como aliás o fez Oliveira Martins quando escreveu o seu Portugal Contemporâneo, terá percorido os locais dos combates, os sitios martantes desta luta sem quartel entre dois

irmãos, dois pensamentos, dois países do mesmo país. Julgo que o David Martelo esteve lá, tentando viver ele próprio as condições de ambos os lados, penetrando as razões, as raízes, as angústias e as dúvidas, a vontade de vencer, as hesitações, a vitón e a derrota.

Sabendo isso, atrevo-me a dizer que este "Cerco do Porto" traz coisas novas, passando a ser obra obrigatória na nossa hibliografia do liberalismo.

Não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem refeir as excelentes infografias que liuminam a obra. A elas se aplica com toda a propriedade, que um desenho vale muitas palavras. A autora das infografias é mercecdora deste destaque especial. Tenho pena que não seja referida a origem das imagens que ilustram o livro. Todos ganhariamos com isso.

O David Martelo bem pode dizer-nos, como D. Pedro disse aos Portuenses: "Bem tendes visto ... que... nunca vos desamparei". O nosso amparo serão os seus livros, os que já publicou e os que vão seguir-se.

Aniceto Afonso

A marca da esquerda

Realizou-se no passado dia 2 de 'Março, no Forto, a Assembleia Regional Ordinária da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril. Durante a mesma, a respectiva Direcção deu a conhecra os sócios presentes o teor de um documento — Anexo ao Relatório de Actividades — que havia apresentado, em Lisboa, por ocasião da Assembleia Geral da associação, realizada em 23 de Fevereiro do corrente ano. Entre outras, ocorre-me destacar as seguintes ideias:

- O indesmentível envelhecimento da grande maioria dos sócios;
- Uma alegada desvalorização da efeméride do 25 de Abril por parte da nossa sociedade;
- A incapacidade de mobilização dos sócios, sobretudo os da componente militar, para tarefas em prol da Associação;
- Um sentimento de que a actividade da Associação 25 de Abril não satisfaz a maioria dos seus sócios.

Importa referir que nenhum destes problemas é particularmente recent. Em sucessivas Assembleias-Gerais foi sendo revelado o baixo índice de sócios endo revelado o baixo índice de sócios e apoiantes que pagavam as suas quotas, sintoma evidente de que se foram afastando muitos daqueles que haviam aderido inicialmente à nossa associação. De acordo com os dados fomecidos recentemente (12-01-2002) pela Direcção da Associação 25 de Abril, só 734 dos 2,600 sócios (28,2%) e 480 dos 1.604 apoiantes (29,9%) é 480 dos 1.604 apoiantes (29,9%) é 480 dos 1.604 apoiantes (29,9%) é 480 ma quotas em dia.

Periodicamente, tem-se discutido no seio da Associação as razões desta anormal debandada e a não menos estranha incapacidade para atrair jovens – nomeadamente entre os militares dos quadros permanentes. Desde a falta de uma Sede condigna até ao "feroz individualismo" que assola a sociedade moderna, tem sido tónica da generalidade das explicações o procurar fora de nós a justificação para o fenómeno.

Salvo melhor opinião, continuo a pensar que não são apenas exógenas as causas responsáveis pelas dificuldades sentidas. Também é verdade que sou forçado a admitir – dado o quase nulo apoio que as minhas ideias têm granjea do no seio da Associação 25 de Abril – que esta minha visão não é partilhada pela generalidade dos sócios em actividade, o que, pelo menos, me dá o consolo de sentir a associação em regime genuíamente democrático.

Na Assembleia-Geral realizada no já longínquo dia 8 de Março de 1997, apresentei um documento – transcrito no n.º 46 do "Referencial" – do qual respigo, apora, as seguintes passagens:

Para o cidadão comum, a A25A presume-se constituída por uma boa parte dos denominados "Capitãos de Abril", organiza ou participa em actividades comemorativas do aniversário da "revolução dos cravos" e possui um discurso conotável ideologicamente com a esquerda política. (...)

Constituída fundamentalmente po militares e civis que viveram a revolução a maioria dos sócios têm hoje mais de 50 anos. Ocorre perguntar:

- Como estamos de novas adesões?
- Quantos jovens têm requerido à si inscrição como sócios da A25A2
- Quantos militares do QP no Activo, não contemporâneos do 25 de Abril, são nossos associados;
- A imagem de "esquerda" que a Associação transmite para o exterior favorece ou prejudica as adesões de sócios militares?

As perguntas que então deixei no ar estão, nos dias de hoje, respondidas com implacável crueza. A verdade é que, ao optar-se por uma imagem de esquerda, seria grande ingenuidade nossa pensar que os militares do OP ñao inima afastar-se. A acção militar de 25 de Abril de 1974 — preparada e executada sob a orientação e responsabilidade dos tais "Capitães de Abril" - foi, sem dúvida, um gesto político "para a esquerda", mas não foi um golpe "de esquerda", A revolução que se lhe seguiu é que teve, inequivocamente, um período de disputa política, inspirado na "luta de classes", que pintou em tons de esquerda o que triha começado pos ser uma firme rup-

tura com um regime anti-democrático.

Já tive oportunidade de referir, publicamente, que, ao discordar da adopção de uma imagem de "esquerda", não estou a pretender que a Associação 25 de Abril tenha uma imagem de "direita" ou qualquer outra. O que sempre afirmei é que os pressupostos estaturários nos não obrigayam a ter uma intervenção pública de cariz político, sobretudo em questões que fossem motivo de clara divisão entre os portugueses. A Associação 25 de Abril, nesta matéria, sempre que se pronunciou sobre temas políticos controversos, fícou, claramente, em companhia da esquerda menos vocacionada para o PODER. Ora sucede que, enquanto os militares do QP abem que so fazem carreira na esfera do PODER, or "esquerda" portugues na nevega, ainda, numa cultura de OPOSIÇÃO, que, desastradamente, a confunde quando toma o leme da República.

A proposta contida na parte final do documento da Delegação do Notre – realização de um semiario para debate do rumo a seguir no futuro próximo – pode ser um excelente contributo para a redefinição de objectivos e a descoberta de soluções. De soluções do nosso tempo, claro, claro.

David Martelo

A ideia de tolerância

João Baptista Magalhães*

Há mais de três séculos, no Inverno de 1685/86, o filósofo John Locke, então na clandestinidade, terminava um dos documentos que iria marcar decididamente a modernidade: a

Tratou-se da primeira reflexãosobre a tolerância religiosa com base, não só nas relações entre o Estado e a

tico, têm o direito de impor aos súbdi-

Considera que o caminho das con-

ninguém pode impor, autoritariamense tratasse de uma verdade absoluta. autocrática do poder político querer impor a unificação cultural da sociedade, através de um princípio aglutinareligiosa ou de Estado. E. quanto mais esse poder se identifica com um tal absoluto dos indivíduos de uma sociereza não se baseia em qualquer prose-

que não pretende o poder de coagir as

que justifica a organização política do Estado. Partindo da ideia de direito política do Estado legitima-se pelo entre os cidadãos. Mas a vontade geral maioritária que institui o contrato, não faz a transmissão dos poderes de cada indivíduo para o soberano: apenas os delega. Locke funda, assim, a ideia de um Estado democrático e laico. O poder do governo civil deve restringirridade tem sobre o espaco privado das

parte, como obra de opção, do progra-ma de Filosofia do 12º Ano. Mas, o Filósofo dos "Pensamentos sobre a Educação" (obra quase desconhecida) e lugar mais relevante nos programas de

"Celebrando Abril"



XVIII aniversário da Revolução dos

arte "ESTETA", no Porto. Participam expostas, António Bronze, Acácio de Carvalho, Darocha, Elsa César, Fernando de Oliveira, Henrique do e Peter Carlson.

Corpos gerentes da Delegação de Coimbra para o biénio 2002/2003

gação do Centro da Associação 25 de

Assembleia Geral

vice-presidente - Mário Silva; secretário - Alfredo Carlos Barroco Esperança.

Direcção

Conselho Fiscal

Presidente - cor. Álvaro Santos Carvalho Seco: secretário - sarg, chefe José Castelo Branco de Moura.

O caso do dr. Morna ou uma prepotência de Santos Costa - 3.ª parte

As acusações: sua breve contestação

Como já ficou referido no artigo anterior, as acusações formuladas contra o meu pai, foram:

 a) - Exercer influência sobre as Juntas (de recrutamento e hospitalares), no sentido de obter a isenção de mancebos e soldados do serviço militar.

 b) - Receber dádivas monetárias pelas referidas isenções.

Sendo certo que o Dr. Moma não fazia parte das Juntas, que estas eram soberanas, independentes e únicas responsáveis pelas suas decisões, não se compreende, então, que não tenham sido responsabilizadas pelas isenções ditas fraudulentas devido às pretensas influências exercidas por aquele médica.

Por outro lado, conhecendo-se qual a relação existente entre os clínicos hospitalares e as Juntas, bem como as regras de funcionamento recíprocas, não se descortina a mínima possibilidade de êxito das ditas influências sem a cumplicidade activa das luntas.

É tão profunda a incompatibilidade dos termos que, só por si, força à conclusão que tem de ser falsa a acusação lançada contra o Dr. Morna.

Os factos, aliás, corroboram esta conclusão.

Assim, na altura dos acontecimentos em apreço, o Dr. Moma vivia exclusivamente do seu vencimento de capitão médico em serviço no Hospital Militar de Coimbra.

Porque a 2ª Guerra Mundial (1939/45) tinha cortado quase por completo o fornecimento de combustíveis a Portugal, não possibilitando a circulação automóvel a particulares, havia anos que-o Dr. Moma se vira constrangido a deixar de fazer a clínica rural e periférica que anteriormente exercia.

Por outro lado, a sua saúde haviase degradado desde fins de 1943, encontrando-se naquela altura com um grau de invalidez acentuado. A pena de expulsão do Exército imposta pelo ministro, suprimindolhe abrupta e completamente o soldo, encontrou-o numa situação em que já não reunia as condições mínimas para reinciara a actividade clínica particular. Não tendo o meu pai conta bancária, nem bens patrimoniais de que lançar mão, entrou de imediato em colapso financeito, só sobrevivendo mercê das dádivas de um imão.

Segundo as acusações forjadas pela PIDE & Cª ao serviço do Ministério da Guerra, as importâncias recebidas pelo acusado devido às suas actividades fraudulentas seriam equivalentes a cerca de 10.000 contos actuais.

É impossível compatibilizar esta acusação com o quadro indesmentivel da situação a que o meu pai logo ficou reduzido, e isso obriga a repudiar por completo a tese dos acusodores e a afirmar que a acusação era falsa, que o meu pai estava inocente, como proclamou até ao termo dos seus dias.

Se tudo isto fosse um vulgar problema institucional, ou disciplinar, envolvendo um capitão médico mais ou menos despercebido da região de Coimbra, o ministro da Guerra, fosse ele quem fosse, se, por acaso, tivesse tomado conhecimento do assunto, ciexaria que as estruturas próprias do Exército lhe dessem o seguimento que as rotinas determinam.

O facto de o ministro chamar a si, desnecessáriamente, a gestão do problema, empenhando-se nele pessoalmente - e emocionalmente - é bem o sinal de se tratar de um ajuste de contas camuflado de problema institucional.

Ao fazê-lo, o ministro colocou o Hospital e, por extensão, o Exército, na vergonhosa situação de incompetência e de incapacidade de gerir um simples problema (se existisse) de disciplina militar.

E só como ajuste de contas é que Santos Costa teve de se empenhar pessoalmente e gerir passo a passo o

problema, dado que tudo foi inventado por ele.

Vejamos com mais pormenor:

Três provas e uma contraprova

Suponhamos que eram verdadeiras as acusações formuladas contra o Dr. Morna, isto é, que, concretamente ele, servindo-se da posição que desfrutava no H.M.R. N.º 2, onde trabalhava,

 a) influenciava as decisões da Junta no sentido da isenção dos soldados;

b) recebia avultadas importâncias pelas isenções obtidas.

Se b) fosse verdadeira, é porque a influência exercida sobre a Junta era eficaz e produzia o efeito "desejado", i.e., o rapaz era isento.

A ser assim, a Junta, ou cedia à pressão psicológica (1º) do Dr. Moran, ou entáão aceitava como boas as propostas irrealistas que aquele médico elaborava, com doenças que o soldado não tinha, com provas falsas e diagnósticos propositadamente errados, mas que a Junta não confrontava com a observação do "doente" ali pre-

E isto, não uma vez, mas muitas vezes.

Com que lógica (e como era possível) que uma tal Junta não fosse responsabilizada pela reiterada conivência na fraude, ou pela incompetência e laxismo profissional que todos os seus membros revelavam, ela que era sobrana e a única responsável pelas isenções e, em vez disso, se vá punir o mero autor da proposta que a Junta nem sequer estava obrigada a seguir?

Não é possível. Donde, a hipótese não é verosímil.

Suponhamos, então, outra coisa. Imaginemos que a Junta, sempre que deparava com uma proposta mal fundamentada, em que o quadro clínico apresentado pelo Dr. Moma na proposta, não condizia com o que a Junta observava no "doente" ali presente, devolvia a proposta para trás, ou dava alta ao falso doente. Em nenhum destes casos havia isenção, a Junta não cedia a pressões, estava atenta e confrontava a proposta com o doente... e o Dr. Morna não recebia a "avultada importância".

Ouer dizer, não havia a), nem b) e isto, não uma vez, mas todas as vezes que o Dr. Morna fazia tentativas frau-

Ou seja, a matéria da acusação não chegava a ter lugar, isto é, a acusação era falsa

Outra hipótese

A Junta, ao verificar repetidas tentativas de fraude da parte do Dr. Morna, resolvia actuar, como lhe competia

Podia fazê-lo de duas maneiras:

 por admoestação, que podia is até repreensão disciplinar agravada, levada a cabo pelo director do Hospital;

2) por participação do inspector de Saúde da 2* Região Militar, também ele membro da Junta, para o general comandante da Região.

Em qualquer dos casos isso daria origem a um processo disciplinar conduzido por um oficial de patente superior ao Dr. Moma (major, ten. cor., ...) designado pelo Q.G.2 ou a um auto de corpo de delito, se fosse caso disso.

De qualquer modo, as estruturas militares da zona (região Militar nº 2), elaborariam o processo e conduzi-lo-iam através das habituais estruturas burocráticas, podendo ir até, em caso de crime, ao Tribunal Militar Territorial, com sede em Viseu. Nunca o assunto iria parar às mãos do ministro da Guerra, com este a assumir toda a sua gestão.

As coisas não ultrapassavam o âmbito local, mas nem por isso deixariam de produzir os seus efeitos.

Só que nada disto aconteceu. Nunca houve advertência, admoestação ou repreensão por parte das hierarquias do Hospital. Se tivesse havido, aliás, não se disponibilizariam, mais tarde, essas mesmas hierarquias a depor a favor do meu pai, se houvesse oportunidade para tal.

Nem houve nunca qualquer participação do inspector de Saúde contra o Dr. Morna.

Qualquer destas afirmações pode ser comprovada no Arquivo Histórico Como se viu, nenhuma das três hipóteses, baseadas na veracidade das acusações, resiste à prova da "simulação", ou seja, de ver o que aconteceria se fosse verdade.

A conclusão é óbvia, e só pode ser de que nenhuma das três hipóteses era verdadeira

Ensaiemos agora uma outra hipótese, que consiste em construir uma mentira formada por aquelas mesmas acusações.

Para já, sendo falsas as acusações a instituição onde era suposto as coisas passarem-se, não encontrava nade para proceder; o campo estava vazio e pranco.

Então, não podia ser a tal instituição a tomar sobre si o andamento do "processo". (Daí que tudo se tenha passado à margem do Hospital Militar Regional N.º 2.)

Quem construiu a mentira tinha também, por força das coisas, de organizar um esquema que lhe desse aparência de suporte.

Antes de mais, seria necessário um ponto de partida exterior à instituição hospitalar, ou mesmo, extra-militar que, de preferência, não fosse identificável: uma carta anónima, ou um "apócrifo".

Não era, por certo, dificil de obter. A patri desse documento teria de haver quem fabricasse "provas" e alguém que coordenasse essa "subtil" actividade e, também, que pudesse desempenhar uma ou outra tarefa da rotina das coisas dos autos um que tivesse prática de "oficial averiguante", como TIM e fosse da sua rigorosa confiança pessoal.

Ouanto ao fabrico das "provas", essa função tinha de ser entregue a gente da máxima fidelidade e competência, experimentada nestas coisas. Não seria qualquer polícia que estaria apta para tais "trabalhos". Só a PIDE, (que já está sob o seu controle) domina (e de que maneira), essa tecnologia.

Umas ajudas mais (Censura, que o Dr. Salazar não recusará, máquina jurídico-processual do próprio M.G.) não constituirão problemas.

A gestão de todo este assunto, porém, não poderia ser entregue a ninguém, pelas surpresas que poderiam surgir, pela necessidade de, a cada momento, poder corrigir a rota, como quem navega à vista. A roda do leme tem de estar nas mãos do autor da

O leitor facilmente se apercebeu de que este quadro é o que se ajusta à realidade dos factos então passados

Ferir de morte a lei

O golpe suplementar com que o ministro brindou a sua vitima logo após a declaração de demissão, "com perda de todos os direitos, houras e regalias que a lei neste caso lhe confere", é uma "flor" que brotou directamente do coração do seu autor, dado que se não encontra em nenhum dos textos legais invendos aras, a condanção.

Aquele jacto de adrenalina (e, talvez, de ódio) - que é uma marca do seu envolvimento pessoal e emocional - contém alguns erros de visão, na medida em que se vira contra o ministro enquerar fora o virada.

O facto de o ministro, mediante um simples despacho, sonegar direitos, honras e regalias estabelecidos em lei expressa, constitui abuso do poder, tornando o próprio despacho llegitimo, ilegal, nulo e de nenhum efeito, pelo menos neste particular.

Tanto quanto julgo saber, a suspensão ou supressão de direitos, honras e regalias consignadas em lei, só pode ser levada a efeito por outro diploma legal da mesma natureza e dignidade, ou seja, da mesma força daquele que os instituiu, isto é, por lei ou decreto, e nunca por simples despacho, mesmo que ministerial.

O que o ministro roubou àquele que distinguiu com a frase adicional - para só referir o que toca a direitos, honras e regalias - foi, antes de mais, a dignidade inerente a uma vida militar de grande dedicação, como médico e como oficial, tanto em campanha, como em tempo de paz, com diversas condecorações e louvores.

Não falando da legislação das Ordens Militares (Torre e Espada, Santiago, etc), que não é aqui o caso, nas leis militares não abundam as referências a honras, regalias e diretos Exceptua-se, naturalmente, o RDM (Regulamento de Disciplina Militar), onde os direitos dos militares são expressamente tratados.

A ascenção de Júlio César

Júlio César estava confiante. As suas legiões eram-lhe fiéis, o povo adoravo, largas faixas de senadores e patrícios encaravam-no com benevolência, os meraadores viam nele a expansão dos seus negócios. Os erros dos defensores da velha República estavam aparente-mente liquidados, arrastando o peso de anos de governação de um chefe indeciso e da proverbial corrupção entre edis, magistrados, publicanos e outro servidores da "res publica". Esta, aliás, tinha-se tomado um instrumento da oligarquia dos senadores, na qual a plebe não conflava.

Os últimos escândalos eram-lhe também favoráveis. Na frota, esquecidos os tempos áurcos de Caio Duilio, grassava o descontentamento; o prefeito dos mares ousara mesmo mandar recolher as trirremes, por falta de remadores, sem consultar o senado. As legiões tinham salários em atraso, as armas gastas e enferrujadas, e mesmo assim eram enviadas para o país dos

macedónios, para o reino da Bactriana e para ilhas distantes Mesmo nos iogos havia graves problemas, com os gandes encontros de gladiadores à potra e com os circos por fazer, no Circo Máximo, as questões entre lanistas, apostadores, mercadores e sobretudo entre as clássicas falanges de apoio de verdes e azuis, estavam ao rubro. Os gladiadores, desmoralizados, deixavam-se massacrar em combates menores

Por tudo isto, César podia estar confiante. Mas havia ainda a clássica passagem pelo forum, prova de fogo para todos os candidatos a alto voos. Conquistar os corações dos indecisos, apaziguar patrícios desconfiados, comprar senadores cínicos, dar garantas a mercadores gananciosos, congraçar verdes e azuis, atrair legiões que não eram suas, enfim contentar a plebe insaciável.

Devidamente preparado, sai Júlio César para as apinhadas ruas de Roma. Chovern as interpelações: César, para que queremos tantos legionários e tantos navios? Não reina a Pax Romana?

 Tendes razão. Vou diminuir o número de legiões, varar as trirremes, reduzir os soldos

Logo aparecem os contestatários:

 Então e os pactos com os reis nossos aliados? E a ameaça dos piratas? E a revolta das legiões?

. - Tendes também razão. Diminuo o número de legiões, mas contrato mais legionários; vou varar os navios, mas por curtos períodos, e tomarei medidas compensatórias de modo a que os legionários ganhem mais com o soldo refuzido.

Novas interpelações vão surgindo: - Estás a favor dos verdes ou dos azuis? Dizem que agora és dos verdes, mas que na juventude eras dos azuis!

 Não dos verdes ou dos azuis, mas dos verdes e dos azuis! Quando trago uma toga verde, o manto é azul e vice

Continua no próximo número.

O 25 de Abril e a emigração

Em Zurique, o «Espaço Portugués» é uma rádio feita por emigrantes portugueses, amadores, em portugués, para os portugueses, amadores, em portugués, para os portugueses aí emigrados. Não é única, pois existem algumas congéneres noutras cidades suiças. O «Espaço Portugués» tem, para nós, uma particularidade. Nasceu em 25 de Abril de 1992 e a data do nascimento foi intencional. Os seus fundadores quiseram assim homenagear a Revolução dos Cravos, com cujos valores se identificam.

No passado dia 23 de Março promoveram uma festa para comemorar os dez anos do «Espaço Português», a que associaram a comemoração do XXVIII do aniversário do 25 de Abril. Das comemorações constou uma noite cultural, com um espectáculo muito equilibrado e de elevada dignidade, totalmente preenchido com expressão musical portuguesa.

A primeira patte, apara além de um jovem cantor da comunidade; Alexandre, e da exibição de um grupo de dança de jovens emigrantes, «No Limite», teve como momento alto a participação de Manuel Freire, com a altissima qualidade e profundidade a que sempre nos habitirou.

A common narta fai tada arean



chida com Jorge Fernando e o excelente quinteto instrumental que o vem acompanhando e que também proporcionou momentos de forte significado da cultura portuguesa.

Presentes o cônsul geral em Zurique, Dr. Joaquim de Almeida, e o conselheiro social da Embaixada de Portugal em Berna, Dr. José Coelho, que

Presentes também o director de O Referencial, especialmente convidente para o evento, que dedicou algumas palavras aos emigrantes portugueses e ao significado do que estava alí a correr, transmitindo o abraço da A25A e felicitando o «Espaço Português» pela iniciativa e pelo sentido que lhe conferiu.

Referência especial merecem Manuel Beja, Isaac Ferreira, Maria dos Santos Marques e José Luís Beja, os grandes dinamizadores do «Espaço Português» e a quem se ficam a dever o êxito da festa de 28 de Março de

Pedro Pezarat Correia



Vamos aprender Bridge! (54)

Como em tudo na vida também o jogador de bridge pode adoptar, ao claborar o seu
FLANO DÉ JOCO, uma de dua sattudes: ou
ser deliberadamente optimista sobre favoráveis distribuíções dos naipes nas mõis dos
ADV ou, por ser genética ou sensatamente
pessimista, precaver-se, desde a primeira carta jogada, contar eventuais incômodas distribuições que, a venficarem-se, possam fazer
perigar o cumprimento do contrarimento

pengar o cumprimeno ou contrator. Sabe-se que um pessinista poderá ser definido como um optimista que dispo de definido como um optimista que dispo de informações precisas sobre determinada situação, pelo que, aplicando este conceito ao gos de bridge, o melhor serão caseadas que file garantam o cumprimento do contra- to a bandonar LIMHAS DE JCOQ que, aparentemente, lhe poderiam render mais vasas mas que, caso a carans não extegim favora-velmente divididas, muitas vezes o levam na direccão do abismo e do arrellador cabide!

Lembrem-se que mais vale um pássaro na mão do que dois a voarem com um contrato no bico por imprevidência ou ambição

desmedidas.

Feita a apologia, de forma simplista e metafórica, da necessidade dos PLANOS DE JOGO se rodearem das máis elementares MEDIDAS DE SEGURANOS, passemos ao aspecto prático destes conceitos técnicos, particulamente indissociáveis das modalidades de PARTIDA LIVRE e de campeonatos de FOUIPAS o upor IMPS.

1 – O CARTEIO

1.2 – O CARTEIO EM ST 1.2.4 – MEDIDAS DE SEGURANÇA NO MANUSEIO DOS NAIPES

Suponhamos que após o leilão

e com uma saída a D♣ o carteador se depa-



Exposto que foi o jogo, o carteador analisou a carta de saída e concluíu que a mesma provinha, muito provavelmente, dum naipe comprido encabeçado por uma sequência de DVI10 ou DV9, hipótese, muito mais forte do que se a D& correspondesse à carta mais alta dum naipe cutro (Dobleton), saída que, em face do leilão, não seria nada abonatória da

Descriptada (¿) a intenção perseguida com a saída, o carteador passou, de imediato, a contar as VASAS RAPIDAS e concluiu que poderia dispor de

> -1 a • -3 a • -2 a •

8 VASAS RAPIDAS

Face à situação, importava agora decidir ONDE e COMO poderia ir buscar a vasa em

O apuramento do naipe de € era uma hipórese a equacionar, mas que imediatamente foi abandonada, pois, apesar de deter seste cartas e os ADV apenas seis, ñai os ó a necessária divisão 3/3 apenas coorreria percentalamente em 5% do casos como, para o conseguir, teria de entregar duas vezes a amão para fora quando, com a sadida, apenas amão para fora quando, com a sadida, apenas detinha mais uma defesa a €, o que na pridita e quivaleria à dizer que EMV teria tempo para apurar e fazer as suas vasas apuradas no comprido naise de €.

Havia, pois, que explorar outro «filão», já que o «veio» das 🏚 não era economicamente

Obviamente que o carteador concluiu que seria o naipe de ♦ aquele que mais condições oferecia para «produzir» uma ou duas vasas para além das RÁPIDAS iá contabilizadas.

Bastaria neste cenário, que a D estivesse na mão de W (50 %) ou seca em E (3 por cento) para que o contrato pudesse ser cumprido em 53 % das situações.

Concluiu, pois, o carteador que deveria bater primeiro o A ↑ (precavendo-se assim contra a D seca em E) e depois, caso a D não caisse, fazer a passagem, jogando para o V do morto.

Se tudo estivesse de acordo com a HIPÓTESE mais favorável (distribuição 2/3 e D em W) o contrato saldar-se-ia com a concretização de dez vasas e a marcação de 35T±1

Este foi o raciocínio do imprevidente optimista que se contentou em jogar um contrato a 53 %, quando poderia (e deveria) jogá-lo a 100 %. Vejamos, agora, como um acautelado pessimista jogaria a mesma mão, rodeando-se de todas as medidas de segurança para garantir o cumprimento do contrato.

Precisando de apenas realizar três vasas no naipe de ♦ o carteador deveria considerar a hipótese desfavorável de as cinco cartas na posse dos ADV estarem distribuídas não 3/2 (68 %) mas sim 4/1 (28 %) ou mesmo 5/0 (4%).

Defendendo-se contra essas distribuições pouco cómodas, o carteador deveria jogar o naipe de ♦ da forma que se indica: Bater primeiro o R ♦ e depois, caso ambos os ADV assistissem, jogar pequeno ♦ para a a mão com a intenção de passar o 9 caso E assistisse. Se E não assistisse ou jogasse o 10 ou a D, bastava entrar com o A cigar ® para o V do motto, o que garanta um mínimo de

três vasas no naipe, estivesse este distribuído como estivesse em qualquer dos ADV. Jogando desta forma garantiu as nove vasas ainda que, eventualmente, abdicando da possibilidade de poder fazer dez.

Tudo o que referimos não foi mais que a aplicação concreta do conceito das MEDI-DAS ou JOGADAS DE SEGURANÇA na elaboração dos PLANOS DE JOGO.



Vou indicar, para concluir, a forma como deverão ser manuseados alguns tipos de naipes sempre que o carteador tenha em seu poder uma apólice de seguro contra todos os riscos de distribuições desfavoráveis que possam afectar o umprimento dos contratos.

Bater o R, vinda à mão noutro naipe e jogar pequena para o V do morto.

Bater o A seguido de pequena para o R9 da mão com intenção de jogar o 9 caso E forneça pequena carta do naipe.

Bater o R seguido de pequena para o A9 da mão com a intenção de jogar o 9 caso E forneça pequena carta do naipe.

É óbvio que para se concretizarem estas jogadas de segurança é indispensável possuirem-se as necessárias «entradas» que permitam a materialização do manuseio indicado. Ao encararem o cumprimento de um

contrato não se esqueçam de que ser pessimista não é um defeito e que lcaro morreu em consequência da sua própria ambição...!

> Até ao próximo número. Luís Galvão

^{*} N, apesar de possuir quatro cartas em ♥, não utilizou o STAYMAN, na tentativa de encontrar um FIT 4/4, por a sua mão ser completamente balançada, preferindo, nestas circunstâncias, marcar de imediato 3ST.



"O legado do 25 de Abril na Esfera dos Direitos Humanos"

Visando a valorização do legado histórico da Revolução de Abril entre as gerações máis jovens e considerando que o aprofundamento desse legado pode passar pela articulação entre a Associação 25 de Abril e as escolas, a Direcção da Delegação do Norte desta associação promoveu um concurso de trabalhos escolares executados no âmbito do tema "O legado do 25 de Abril na esfera dos Direitos Humanos".

A iniciativa inscreveu-se no plano de comemorações do XXVIII aniversário do 25 de Abril e foi especialmente dirigida aos jovens que frequentam as escolas públicas do Ensino Secundário e dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico da região Norte.

O projecto teve como principal objectivo fomentar a produção de trabalhos de pesquisa por parte dos alunos, sendo no entanto aberto à expressão poética, gráfica ou plástica, dado que se considera que a aquisição de conhecimentos é paralela ao desenvolvimento de capacidades e à formação de attitudes.

Foram recebidos vinte e oito trabalhos, produzidos individualmente ou em grupo, cobrindo três modalidades investigação histórica, expressão e jornalismo escolar. Aqui reproduzimos o trabalho de Joana Filipa (9.ºB) da Escola da Eiria. Entre os critérios de apreciação prevalecem o do rigor nas pesquisas, o da clareza na expressão verbal e o da criatividade nos trabalhos de expressão pistácia. Os prémios a atribuir aos participantes e aos vencedores são de indole pedagógica e lúdica, sendo predominantemente materiais informativos.

O júri, composto pelo tenente-coronel Ribeiro da Silva, pelo coronel Mário Brandão e pelas vogais da Direcção da Delegação do Norte Júlia Lima e Maria Rodrigues, terá em conta a congruência das aquisições reveladas no domínio cognitivo e no domínio dos valores.